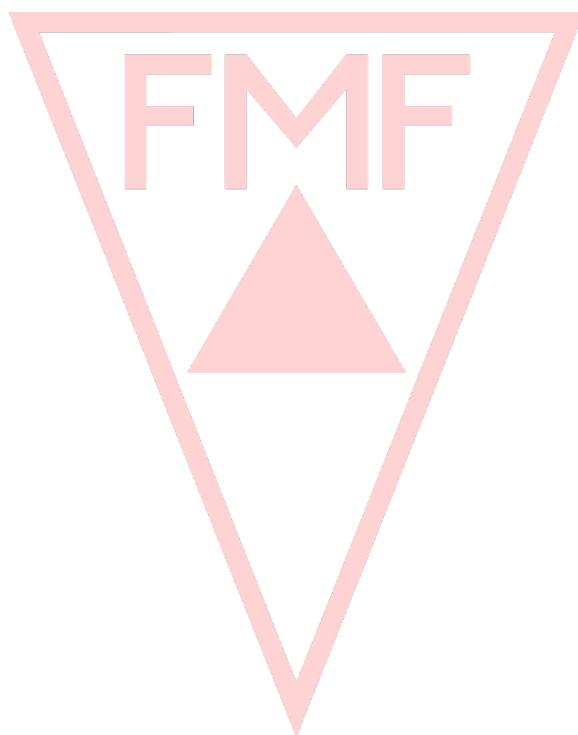




Federação Mineira
de Futebol

REGULAMENTO ESPECÍFICO DA COMPETIÇÃO

CAMPEONATO MINEIRO 2025 – SUB-14



Federação Mineira de Futebol

DIRETORIA DE COMPETIÇÕES



CAPÍTULO 1 - DENOMINAÇÃO E PARTICIPAÇÃO

Art. 1º - O Campeonato Mineiro 2025 – Sub-14, doravante denominado Campeonato, é regido por este Regulamento Específico da Competição (REC), no qual constam todas as regras próprias ao Campeonato, e pelo Regulamento Geral das Competições (RGC), no qual constam todas as regras comuns a todos os torneios coordenados pela Federação Mineira de Futebol (FMF).

Parágrafo único - Em caráter subsidiário, o REC se submete também ao Regulamento Geral das Competições da Confederação Brasileira de Futebol (RGC/CBF), ao Regulamento Nacional de Registros e Transferências de Atletas de Futebol (RNRTAF/CBF) e a todas as outras normativas nacionais pertinentes.

Art. 2º - Participação do Campeonato:

América Futebol Clube
Araguari Atlético Clube
Associação Desportiva Internacional de Minas
Associação Esportiva Uberabinha
Athletic Esportes Clube – SAF
Atlético Mineiro SAF
Betim Futebol
Boston City Futebol Clube Brasil
Clube Atlético Serranense
Coimbra Sports
Contagem Esporte Clube
Cruzeiro Esporte Clube – SAF
Democrata Futebol Clube
Esporte Clube Siderúrgica
Guarani Esporte Clube
Itabirito Futebol Clube
Juventus Futebol Clube
Minas Boca Futebol



Nacional Atlético Clube

XV de Novembro Futebol Clube

Art. 3º - O Campeonato será disputado conforme decidido no Conselho Técnico realizado em 22.05.2025, do qual participaram os 20 (vinte) clubes convocados pelo Edital nº 007/2025.

Art. 4º - A Federação Mineira de Futebol (FMF), como coordenadora do Campeonato, detém todos os seus direitos, especialmente o de elaborar e dar cumprimento à tabela de jogos e ao REC, além de promover pontuais alterações em prol da competição.

Parágrafo único - A Diretoria de Competições (DCO) da FMF é o órgão gestor técnico do Campeonato.

Art. 5º - Para fins de interpretação do sistema de disputa, entende-se por:

I - “Classificação Geral”: a classificação dos clubes após o término da Fase Classificatória, que servirá para a definição dos confrontos das fases seguintes e dos rebaixados, em conformidade com os critérios definidos no Conselho Técnico.

II - “Classificação Final”: a classificação definitiva dos clubes após o término do Campeonato, que servirá para a definição do Campeão Mineiro 2025 – Sub-14 e do Campeão do Troféu Inconfidência.

III - “Data”: base de definição dos dias em que os jogos serão realizados. Pelos jogos cujas datas estão definidas como sábado, entende-se que podem ser realizados aos sábados ou domingos. Em qualquer caso, devem ser respeitados os prazos mínimos de descanso definidos neste regulamento.

CAPÍTULO 2 - SISTEMA DE DISPUTA

Art. 6º - O campeonato será disputado em 3 (três) fases: Fase Classificatória, Octogonal e Troféu Inconfidência.

Art. 7º - O Campeonato terá início e término de jogos previstos, respectivamente, para os dias 16.08.2025 e 29.11.2025.

§ 1º - As datas de início e término poderão ser alteradas, excepcionalmente, a critério da DCO, desde que fundamentadamente.



§ 2º. As datas do Campeonato são as seguintes:

RODADA	FASE	DATA
1	Classificatória	sábado, 16 de agosto de 2025
2	Classificatória	sábado, 23 de agosto de 2025
3	Classificatória	sábado, 30 de agosto de 2025
4	Classificatória	sábado, 6 de setembro de 2025
5	Classificatória	sábado, 13 de setembro de 2025
6	Classificatória	sábado, 20 de setembro de 2025
7	Classificatória	sábado, 27 de setembro de 2025
8	Classificatória	sábado, 4 de outubro de 2025
9	Classificatória	sábado, 11 de outubro de 2025
10	Octogonal e QF Inconfidência	sábado, 18 de outubro de 2025
11	Octogonal e QF Inconfidência	sábado, 25 de outubro de 2025
12	Octogonal e SF Inconfidência	sábado, 1 de novembro de 2025
13	Octogonal e SF Inconfidência	sábado, 8 de novembro de 2025
14	Octogonal e Final Inconfidência	sábado, 15 de novembro de 2025
15	Octogonal e Final Inconfidência	sábado, 22 de novembro de 2025
16	Octogonal	sábado, 29 de novembro de 2025

2.1. FASE CLASSIFICATÓRIA

Art. 8º - Na Fase Classificatória, os 20 (vinte) clubes serão divididos em dois grupos (A e B), com 10 (dez) times em cada grupo.

§ 1º - Nessa fase, as equipes se enfrentarão, dentro de seu grupo, em turno único (jogos apenas de ida), classificando-se para a fase seguinte as 04 (quatro) equipes mais bem colocadas em cada um dos grupos.

§ 2º - Os grupos são os seguintes:

GRUPO A	GRUPO B
CRUZEIRO ESPORTE CLUBE – SAF	ATLÉTICO MINEIRO - SAF
COIMBRA	AMÉRICA
JUVENTUS	ATHLETIC
CONTAGEM	INTER DE MINAS
MINAS BOCA	SERRANENSE



BETIM	SIDERÚRGICA
GUARANI	ITABIRITO
DEMOCRATA-SL	XV DE NOVENBRO
NAC MURIAÉ	UBERABINHA
ARAGUARI	BOSTON CITY

§ 3º - No Grupo A, os times Cruzeiro, Coimbra, Juventus, Contagem e Minas Boca farão 5 (cinco) jogos como mandantes e 4 (quatro) como visitantes. Os times Betim, Guarani, Democrata, Nacional Muriaé e Araguari farão 4 (quatro) jogos como mandantes e 5 (cinco) como visitantes.

§ 4º - No Grupo B, os times Atlético, América, Athletic, Inter de Minas e Serranense farão 5 (cinco) jogos como mandantes e 4 (quatro) como visitantes. Os times Siderúrgica, Itabirito, XV de Novembro, Uberabinha e Boston City farão 4 (quatro) jogos como mandantes e 5 (cinco) como visitantes.

§ 5º - Nessa fase, todos os jogos da última rodada deverão acontecer simultaneamente.

§ 6º - O critério de classificação será o maior número de pontos. Em caso de empate, serão observados os critérios de desempate previstos no RGC/FMF, a saber: a) maior número de vitórias; b) maior saldo de gols; c) maior número de gols marcados; d) menor número de cartões vermelhos recebidos; e) menor número de cartões amarelos recebidos; f) sorteio público na sede da FMF.

Art. 9º - Ao final dessa fase, a DCO publicará a “Classificação Geral” dos clubes, de modo que:

- i) O primeiro lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em primeiro lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- ii) O segundo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em primeiro lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;



- iii) O terceiro lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em segundo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- iv) O quarto lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em segundo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- v) O quinto lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em terceiro lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- vi) O sexto lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em terceiro lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- vii) O sétimo lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em quarto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- viii) O oitavo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em quarto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para as Quartas-de-Final;
- ix) O nono lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em quinto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- x) O décimo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em quinto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xi) O décimo primeiro lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em sexto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;



- xii)** O décimo segundo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em sexto lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xiii)** O décimo terceiro lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em sétimo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xiv)** O décimo quarto lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em sétimo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xv)** O décimo quinto lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em oitavo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xvi)** O décimo sexto lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em oitavo lugar em seus respectivos grupos, e estará classificado para o Troféu Inconfidência;
- xvii)** O décimo sétimo lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em nono lugar em seus respectivos grupos, e estará rebaixado para a Segunda Divisão em 2026;
- xviii)** O décimo oitavo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em nono lugar em seus respectivos grupos, e estará rebaixado para a Segunda Divisão em 2026;
- xix)** O décimo nono lugar na “Classificação Geral” será o melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em décimo lugar em seus respectivos grupos, e estará rebaixado para a Segunda Divisão em 2026;
- xx)** O vigésimo lugar na “Classificação Geral” será o segundo melhor classificado dentre os dois clubes que terminarem em décimo lugar em seus respectivos grupos, e estará rebaixado para a Segunda Divisão em 2026.



Art. 10 – Na Fase Classificatória, os clubes poderão disputar seus jogos em suas respectivas praças, desde que respeitados requisitos estabelecidos no RGC/FMF e no REC da competição.

Art. 11 – Ao final da Fase Classificatória os cartões serão zerados.

2.2. OCTOGONAL

Art. 12 – No Octogonal, as 08 (oito) equipes classificadas se enfrentarão uma única vez (turno), com 07 (sete) jogos para cada clube, sagrando-se campeã a equipe que tiver mais pontos ao final da sétima rodada.

§ 1º - As quatro equipes mais bem classificadas na “Classificação Geral” jogarão 4 (quatro) jogos como mandantes nesta fase.

§ 2º - Nessa fase, todos os jogos da última rodada deverão acontecer simultaneamente.

§ 3º - O critério de classificação será o maior número de pontos. Em caso de empate, serão observados os critérios de desempate previstos no RGC/FMF, a saber: a) maior número de vitórias; b) maior saldo de gols; c) maior número de gols marcados; d) menor número de cartões vermelhos recebidos; e) menor número de cartões amarelos recebidos; f) sorteio público na sede da FMF.

Art. 13 – Os clubes poderão disputar seus jogos em suas respectivas praças, desde que respeitados os requisitos estabelecidos no RGC/FMF e no REC da competição.

2.3. TROFÉU INCONFIÊNCIA

2.3.1. Quartas-de-final

Art. 14 - Os clubes classificados entre o 9º (nono) e o 16º (oitavo) lugares na “Classificação Geral” serão distribuídos em 4 (quatro) grupos de 2 (dois) clubes cada, em jogos de ida e volta (‘mata-mata’), da seguinte forma:

GRUPO	IDA	VOLTA
A	16º CLASS. GERAL X 9º CLASS. GERAL	9º CLASS. GERAL X 16º CLASS. GERAL
B	15º CLASS. GERAL X 10º CLASS. GERAL	10º CLASS. GERAL X 15º CLASS. GERAL



C	14º CLASS. GERAL X 11º CLASS. GERAL	11º CLASS. GERAL X 14º CLASS. GERAL
D	13º CLASS. GERAL X 12º CLASS. GERAL	12º CLASS. GERAL X 11º CLASS. GERAL

Art. 15 - Realizadas as duas partidas do grupo e empatadas as duas equipes em número de pontos (uma vitória para cada ou dois empates), utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: a) maior saldo de gols na fase semifinal; b) disputa de pênaltis.

Art. 16 - Os clubes jogarão duas vezes dentro de seus respectivos grupos, cada um exercendo seu mando.

Parágrafo único - Se os dois clubes mais bem colocados na “Classificação Geral” pretenderem jogar a primeira partida em casa, exercendo seu mando, deverão informar sobre esta decisão à DCO até às 14h (quatorze horas) do primeiro dia útil subsequente ao término da Fase Classificatória. Caso não haja manifestação, a equipe melhor classificada mandará a segunda partida.

Art. 17 - As quartas-de-final serão realizadas nas datas 18/10/2025 e 25/10/2025.

2.3.2. Semifinal

Art. 18 - Os clubes classificados nas Quartas-de-Final serão distribuídos em 2 (quatro) grupos de 2 (dois) clubes cada, em jogos de ida e volta (“mata-mata”). Os confrontos serão definidos de acordo com a classificação geral dos clubes que avançaram nas Quartas-de-Final, da seguinte forma:

GRUPO	IDA	VOLTA
E	4º CLASS. GERAL X 1º CLASS. GERAL	1º CLASS. GERAL X 4º CLASS. GERAL
F	3º CLASS. GERAL X 2º CLASS. GERAL	2º CLASS. GERAL X 3º CLASS. GERAL

Art. 19 - Realizadas as duas partidas do grupo e empatadas as duas equipes em número de pontos (uma vitória para cada ou dois empates), utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: a) maior saldo de gols na fase semifinal; b) disputa de pênaltis.

§ 1º - Os clubes jogarão duas vezes dentro de seus respectivos grupos, cada um exercendo seu mando.



§ 2º - Se os dois clubes mais bem colocados na “Classificação Geral” pretenderem jogar a primeira partida em casa, exercendo seu mando, deverão informar sobre esta decisão à DCO até às 14h (quatorze horas) do primeiro dia útil subsequente ao término das Quartas-de-Final. Caso não haja manifestação, a equipe melhor classificada mandará a segunda partida.

Art. 20 – As semifinais serão realizadas nas datas 1º/11/2025 e 08/11/2025.

2.3.3. Final

Art. 21 - Para se definir o campeão e vice-campeão do Troféu Inconfidência, as equipes vencedoras de seus respectivos grupos da Fase Semifinal disputarão 2 (dois) jogos, no sistema de ida e volta (‘mata-mata’), sagrando-se campeã a equipe com maior número de pontos nesta disputa.

Art. 22 - Os confrontos serão definidos de acordo com a classificação geral dos clubes que avançaram nas Quartas-de-Final, da seguinte forma:

GRUPO	IDA	VOLTA
G	2º CLASS. GERAL X 1º CLASS. GERAL	1º CLASS. GERAL X 2º CLASS. GERAL

Art. 23 - Realizadas as duas partidas finais, se empatadas as equipes em número de pontos nesta fase (uma vitória para cada ou dois empates), utilizar-se-ão os seguintes critérios de desempate, nesta ordem: a) maior saldo de gols na fase final; b) disputa de pênaltis.

Art. 24 - Se o clube mais bem colocado na “Classificação Geral” pretender jogar a primeira partida em casa, exercendo seu mando, deverá informar sobre esta decisão à DCO até às 14h (quatorze horas) do primeiro dia útil subsequente ao término da Semifinal. Caso não haja manifestação, o clube com a melhor posição na “Classificação Geral” decidirá em casa.

Art. 25 - As finais serão realizadas nas datas 15/11/2025 e 22/11/2025.

2.4. ACESSO E REBAIXAMENTO

Art. 26 - Em 2026 serão realizadas 2 (duas) divisões do Campeonato Mineiro Sub-14. A 1ª Divisão será limitada a 16 (dezesesseis) clubes, cujo direito de disputa será dos dezesseis primeiros colocados na edição de 2025.



Art. 27 - Os clubes que ficarem na 17ª a 20ª colocações de 2025 serão rebaixadas e terão o direito de disputar a 2ª Divisão de 2026.

Art. 28 - O número de equipes promovidas à 1ª Divisão e rebaixadas à 2ª Divisão de 2027 seguirá o mesmo critério a ser adotado para as demais competições de base da DCO/FMF (Sub-20 e Sub-15/17), a ser divulgada por “Ofício DCO” no começo da temporada de 2026.

2.4. W.O.

Art. 29 - Ressalvados casos de caso fortuito ou força maior, se um clube perder a partida por W.O. será considerado como abandono de competição (nos termos do RGC), ficando o clube que der causa automaticamente rebaixado para a divisão imediatamente inferior da edição seguinte, cabendo à DCO a aplicação imediata da sanção, sem prejuízo das demais penalidades previstas em regulamento.

Art. 30 – O clube que não tiver ao menos 7 (sete) atletas inscritos na primeira partida da competição perderá o jogo por W.O., aplicando-se a ele as penalidades dispostas no artigo anterior.

Art. 31 – A perda de qualquer partida por W.O. ainda ensejará a aplicação de multa de até R\$20.000,00 (vinte mil reais) por jogo.

2.5. CLASSIFICAÇÃO FINAL

Art. 32 – Encerradas todas as fases da Competição (Fase Classificatória, Octogonal e Troféu Inconfidência), a DCO publicará a “Classificação Final”, observando-se as seguintes premissas:

- i) As oito primeiras posições na Classificação Final coincidirão com a colocação dos oito clubes ao final da Fase Octogonal;
- ii) a equipe campeã do Troféu Inconfidência será a 9ª colocada na “Classificação Final”, independentemente da posição na “Classificação Geral”;
- iii) a equipe vice-campeã do Troféu Inconfidência será a 10ª colocada na “Classificação Final”, independentemente da posição na “Classificação Geral”;



- iv) a equipe mais bem classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Semifinal do Troféu Inconfidência, será a 11ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da semifinal do Troféu Inconfidência;
- v) a equipe mais mal classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Semifinal do Troféu Inconfidência, será a 12ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da semifinal do Troféu Inconfidência;
- vi) a equipe mais bem classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência, será a 13ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência;
- vii) a segunda equipe mais bem classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência, será a 14ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência;
- viii) a terceira equipe mais bem classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência, será a 15ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência;
- ix) a quarta equipe mais bem classificada na “Classificação Geral”, dentre as eliminadas na Fase Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência, será a 16ª colocada na “Classificação Final”, independentemente dos pontos obtidos nos jogos da Quartas-de-Final do Troféu Inconfidência;
- x) a 17ª, 18ª, 19ª e 20ª colocações serão definidas na “Classificação Geral”, e os respectivos clubes estarão rebaixados para o Campeonato Mineiro 2026 – Sub-14 – 2ª Divisão.

Parágrafo único - A DCO publicará a classificação final e a homologará, no prazo de 2 (dois) dias úteis após o término da última partida.



CAPÍTULO 3 – CONDIÇÃO DE JOGO DOS ATLETAS

Art. 33 – A condição de jogo dos atletas exige a observância todos os dispositivos deste capítulo, cumulativamente, sem prejuízo das disposições estabelecidas no RGC/FMF.

Art. 34 - Somente terá condição de jogo o atleta cujo nome conste do BID, publicado pela CBF, até o dia útil imediatamente anterior à realização da respectiva partida.

§ 1º - Será obrigatório o cadastramento dos integrantes da Comissão Técnica do Clube e de gandulas das partidas no sistema E-sumula no site da FMF.

§ 2º - Ficam os clubes cientes de que a CBF tem o prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o envio de toda a documentação ao sistema Gestão Web para a publicação dos nomes dos registrados no BID.

Art. 35 – Poderão participar do Campeonato Sub-14 os atletas nascidos a partir de 2011, inclusive.

Art. 36 - O atleta que atuar por uma equipe poderá atuar por outra, limitando-se a uma transferência por jogador.

§ 1º - O atleta transferido durante a disputa do campeonato poderá retornar à equipe de origem, não sendo este regresso considerado como transferência.

§ 2º - Em hipótese alguma um atleta atuará por 3 (três) clubes durante o Campeonato.

§ 3º - Considera-se “atuar” o fato de o atleta entrar em campo para a disputa da partida. Não se considera “atuar” o fato de o atleta que, na condição de substituto, tenha sido advertido pelo árbitro com cartão amarelo ou vermelho, tampouco tenha sido punido pela Justiça Desportiva ou, ainda, sorteado para o exame antidoping.

Art. 37 - Os contratos de novos atletas para jogar o Campeonato poderão ser registrados até o dia 17.10.2025, sexta-feira.

Art. 38 - Qualquer violação a um ou mais artigos deste capítulo ensejará comunicação de irregularidade da DCO ao TJD e o clube poderá perder pontos de acordo com as sanções do CBJD.



CAPÍTULO 4 – ESTÁDIOS E MANDOS DE CAMPO

Art. 39 - Considera-se como local de mando de campo, a princípio, o estádio indicado formalmente pelos clubes no Conselho Técnico, a saber:

CLUBES	ESTÁDIO	CIDADE
América Futebol Clube	Frimisa	Santa Luzia
Araguari Atlético Clube	Domingão	Igaratinga
Associação Desportiva Internacional de Minas	José Flávio	Itaúna
Associação Esportiva Uberabinha	Flamenguinho	Goianá
Athletic Esportes Clube – SAF	CT Athletic	São João Del Rei
Atlético Mineiro SAF	Cidade do Galo	Vespasiano
Betim Futebol	Arena Vera Cruz	Betim
Boston City Futebol Clube Brasil	Complexo Esportivo Boston City	Manhuaçu
Clube Atlético Serranense	Bezerrão	Crucilândia
Coimbra Sports	CT Flávio Guimarães	Contagem
Contagem Esporte Clube	Centro Esportivo Vallourec	Contagem
Cruzeiro Esporte Clube – SAF	Toca I	Belo Horizonte
Democrata Futebol Clube	Arena do Jacaré	Sete Lagoas
Esporte Clube Siderúrgica	Praia do O	Sabará
Guarani Esporte Clube	Arena Sicoob Divicred	Divinópolis
Itabirito Futebol Clube	Arena Morro das Pedras	Belo Horizonte
Juventus Futebol Clube	Ilvo Marani	Vespasiano
Minas Boca Futebol	Estádio Municipal Léia Dias	Sete Lagoas
Nacional Atlético Clube	Soares de Azevedo	Muriaé
XV de Novembro Futebol Clube	Arena 7	Belo Horizonte

Art. 40 - Os clubes poderão indicar estádios alternativos para mandar seus jogos, desde que o local indicado esteja apto a receber jogos e não caracterize inversão de mando de campo, ressalvadas as hipóteses previstas neste REC e no RGC.



Parágrafo único - Estádios localizados na mesma cidade-sede do clube não configuram “estádios alternativos”, podendo ser designados pelo mandante desde que cumpridas as demais regras pertinentes do REC.

Art. 41 - Não será permitida a inversão de mando de campo no Campeonato, ainda que haja pedido ou aceitação dos dois clubes envolvidos, ressalvadas as hipóteses previstas neste REC e no RGC.

§ 1º - Por inversão de mando de campo entende-se um clube, constando como mandante na tabela, jogar na cidade do adversário e vice-versa.

§ 2º - Por casa do adversário entende-se o estádio informado no Conselho Técnico como local de mando de campo e/ou a cidade onde manda seus jogos.

Art. 42 - Os estádios ou locais de jogos deverão ser aprovados pelo DE/FMF.

§ 1º - Os estádios/locais de jogos devem estar disponíveis e liberados exclusivamente para a Competição no prazo de no mínimo 2 (duas) horas antes do início das partidas.

§ 2º - Os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, disponibilizar o acesso das equipes visitantes às dependências do estádio/campo com, no mínimo, 2 (duas) horas de antecedência ao horário designado para a partida.

§ 3º - O acesso dos profissionais de rouparia deve ser liberado com no mínimo 2 (duas) horas de antecedência, sob pena de multa e comunicação ao TJD.

§ 4º - Os clubes mandantes deverão disponibilizar local adequado e isolado em seus locais de jogos, a fim de acomodar confortavelmente a equipe de arbitragem antes, no intervalo e após a partida.

§ 5º - Os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, disponibilizar uma cabine (ou, na ausência, um local adequado e isolado) para os profissionais da análise de desempenho da equipe visitante, sob pena de multa e comunicação ao TJD.

§ 6º - A presença de fotógrafos nos jogos (exceto os dos clubes) dependerá de credenciamento prévio junto ao clube mandante, sob pena de proibição de acesso.

§ 7º - Em todos os jogos os clubes mandantes deverão, obrigatoriamente, garantir o acesso de até 50 (cinquenta) convidados, sendo 25 (vinte e cinco) das equipes visitantes.



§ 8º – Além das exigências descritas neste artigo, os clubes obrigam-se a cumprir as disposições estabelecidas no Caderno de Encargos do Futebol de Base da FMF – 2025, sob pena de veto do local de jogo.

§ 9º - O não cumprimento de qualquer das exigências estabelecidas neste artigo poderá ensejar a aplicação de multa de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por jogo.

Art. 43 - O clube que tiver o local de jogo vetado delega automaticamente à DCO a definição do estádio/local em que jogará suas partidas como mandante.

Art. 44 - Fica o estádio inabilitado e/ou vetado para uso no Campeonato:

I – Se for descumprida qualquer regra estabelecida no art. 42 ou do Caderno de Encargos do Futebol de Base da FMF;

II - Se o estádio não estiver apto à prática de futebol compatível com a categoria e a divisão a que se refere, condição esta que será atestada antes de iniciado o Campeonato, e vistoriada, a qualquer tempo, após iniciado, através do Departamento de Estádios da FMF ou empresa especializada;

III - Se, na súmula, for registrado algum episódio de violência, distúrbio, falhas graves na estrutura do estádio ou condição péssima do gramado;

Parágrafo único - Em caso de inabilitação e/ou veto, aplicar-se-á a regra do art. 43.

Art. 44 – O DE/FMF poderá, por si ou por terceiros, a qualquer tempo, realizar vistorias e inspeções nos estádios onde acontecerão os jogos do Campeonato, devendo os clubes concederem acesso irrestrito à praça desportiva aos profissionais responsáveis pela vistoria.

§ 1º - O DE/FMF poderá apontar a necessidade de intervenções, melhorias ou reformas nos estádios, concedendo aos clubes prazo para cumprimento.

§ 2º - Caso as intervenções, melhorias ou reformas apontadas pelo DE/FMF não sejam realizadas na forma e no tempo estipulados, a FMF poderá: (i) aplicar multa de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais); (ii) determinar a interdição, o fechamento e o veto do estádio; (iii) assumir a gestão do estádio, de forma que ele esteja apto para a realização de jogos, com custos sendo repassados aos clubes; (iv) determinar que as partidas sejam realizadas em estádios por ela designados, na forma do art. 27.



Art. 45 - Terão o mando de campo os clubes posicionados à esquerda da tabela de jogos.

Parágrafo único - O clube mandante poderá escolher o túnel, o vestiário, bem como o banco de reservas que utilizará, cabendo ao Delegado do Jogo verificar a conveniência da escolha, desde que respeitadas eventuais questões contratuais.

Art. 46 - Em qualquer partida da competição, caso os clubes queiram contar com a presença de público, mediante qualquer tipo de gratuidade, ressalvados os convidados do § 7º do art. 42, ou comercialização de ingressos, deverão:

I - ter e manter vigentes os laudos de vistoria de cada praça que abrigará as disputas da presente competição, tudo em consonância com a Lei n.º 14.597/2023 (Lei Geral do Esporte), o Decreto n.º 6.795/09 e a Portaria n.º 55/2023, expedida pelo Ministério dos Esportes;

II - avisar a DCO com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência.

§ 1º - Caso haja a comercialização de ingressos, o Departamento de Escalas designará um fiscal de arrecadação e confeccionará o borderô da partida.

§ 2º - Em nenhuma hipótese ou partida da competição será permitida a presença de público sem que as respectivas praças desportivas possuam os laudos exigidos em lei.

CAPÍTULO 5 – DOS JOGOS

Art. 47 - Em relação aos uniformes, aplicam-se, no que couber, as normas do art. 32 do RGC.

Art. 48 – Em caráter experimental, serão permitidas 11 (onze) substituições, mais uma por concussão, na forma do art. 19 do RGC/FMF.

Parágrafo único – Caso a experiência de 11 (onze) substituições se mostre prejudicial à competição ou às partidas, a DCO reserva-se ao direito de retroceder à regra de 6 (seis) substituições, mais uma por concussão, mediante prévio aviso aos clubes.

5.1. OPERAÇÃO DOS JOGOS

Art. 49 - Todas as partidas serão realizadas com acesso restrito em áreas e espaços de Campo e Competição (Zona 1).



§ 1º - O acesso ao campo de jogo e vestiários é limitado aos funcionários essenciais à administração do estádio no dia do jogo, atletas das equipes e respectivas comissões técnicas, além da equipe de arbitragem, oficiais de partida e pessoas autorizadas pela DCO.

§ 2º - Qualquer exceção deverá ser solicitada e aprovada pela DCO.

§ 3º - Somente serão aceitas, na Zona 1, credenciais emitidas e distribuídas, ou autorizadas, pela FMF.

§ 4º - As credenciais emitidas pela FMF conferem livre acesso aos seus portadores.

§ 5º - Pessoas credenciadas em funções diferentes da sua real função na partida poderão ser descredenciadas pelos Oficiais da Partida.

§ 6º - Em caso de desrespeito às normas estabelecidas por parte do credenciado, a Equipe de Operação ou a DCO poderão retirar a credencial e exigir que a pessoa se retire da área de competições ou campo de jogo.

§ 7º - Oficiais da partida têm poderes para solicitar a retirada de quaisquer credenciados durante a partida, inclusive os credenciados para a Zona 1, restando apenas ali os profissionais essenciais para o andamento da partida.

Art. 50 – Entende-se por comitiva oficial de cada equipe todos os veículos com acesso à Zona 1, limitados a 1 (um) ônibus, 1 (uma) van-rouparia e 1 (um) veículo executivo por equipe. O limite de pessoas por comitiva oficial, incluindo a delegação, será de 50 (cinquenta) por partida.

Art. 51 – Uma hora e meia antes do horário agendado para o início da partida, o Delegado do Jogo, o árbitro, o responsável pelos gandulas e pelas macas, o médico e um supervisor de cada equipe poderão fazer uma breve reunião administrativa, com o seguinte protocolo:

- I - Ratificar os uniformes previamente definidos;
- II - Ratificar os horários de entradas para início e reinício;
- III - Orientação referente aos locais de aquecimento dos atletas;
- IV - Conferência da documentação;
- V - Questões de segurança;
- VI - Outras questões a serem definidas pontualmente.



§ 1º - É obrigatória a presença de, no mínimo, 04 (quatro) gandulas, com idade mínima de 16 (dezesseis) anos, em todas as partidas da competição, sendo obrigação da equipe mandante a seleção, apresentação e se for o caso, a remuneração destes.

§ 2º - Será obrigatória, também, a presença de maca para o atendimento aos atletas, bem como, no mínimo, 02 (dois) maqueiros com idade mínima de 18 (dezoito) anos, sendo obrigação da equipe mandante a seleção, apresentação e se for o caso, a remuneração destes.

Art. 52 - As chegadas das duas equipes ao local da partida não devem coincidir. Se possível, devem-se utilizar caminhos de acesso distintos aos vestiários para equipes e arbitragem, ficando a cargo do Delegado da Partida entrar em contato com o chefe da delegação de cada equipe a fim de organizar a chegada ao estádio.

Art. 53 - O protocolo de entrada no campo de jogo deverá obedecer ao “minuto a minuto” (*countdown*). O descumprimento do “minuto a minuto” por quaisquer das equipes poderá ser relatado nos respectivos relatórios dos oficiais da partida, sendo passível de sanção pela FMF e/ou de apreciação pelo TJD.

§ 1º - Ao final do aquecimento, todos os membros das delegações deverão deixar a Zona 1. Apenas estão autorizados a acessar a Zona 1, entre o final do aquecimento e 20 (vinte) minutos após o apito final, os atletas relacionados para a partida, os membros de cada comissão técnica escalados para ficar no banco de reservas, os oficiais de partida, os profissionais de comunicação que podem ir a campo e o assessor de imprensa (somente acompanhado e autorizado pelo Delegado ou Supervisor de Imprensa).

§ 2º - Os clubes deverão apresentar-se em campo até 8 (oito) minutos antes da hora marcada para o início da partida, e 2 (dois) minutos para o seu reinício.

§ 3º - A área de aquecimento durante a partida será ao lado do banco de reservas, na área designada pela arbitragem, ou atrás dos gols, sendo vedada a permanência dos atletas atrás dos assistentes de arbitragem.

Art. 54 - Todos os jogos da última rodada das Fases Classificatória e Octogonal deverão, preferencialmente, ser simultâneos.



Parágrafo único - Se algum jogo não tiver disputa por classificação ou rebaixamento, a partida poderá sofrer alteração de data e horário, desde que respeitados os requisitos do REC.

Art. 55 - A tabela de jogos (datas, horários e locais) poderá ser modificada:

I - de ofício, a qualquer tempo, pelo Presidente da FMF ou pela DCO, fundamentadamente;

II - pela DCO, após solicitação da parte diretamente interessada, observado que:

a) são consideradas partes diretamente interessadas somente o clube mandante e a(s) emissora(s) que celebrar(em) contrato(s) diretamente com a FMF referente aos direitos de transmissão do Campeonato, se for o caso;

b) faz-se necessária, em quaisquer dos casos, a análise prévia e aprovação por parte da DCO;

c) o pedido deve ser encaminhado à DCO (dco@fmf.com.br), via ofício, em papel timbrado do clube, observado um prazo mínimo de 10 (dez) dias de antecedência em relação à data da programação original da partida.

d) em solicitações de alteração de horário de partida dentro do mesmo dia, e de estádio, na mesma cidade ou com distância de até 50km (cinquenta quilômetros) do estádio original, desde que dentro de Minas Gerais, o prazo para solicitar será de, pelo menos, 05 (cinco) dias de antecedência em relação à data da programação da partida;

e) em caso de solicitação de alteração da partida para outro Estado, observa-se o prazo disposto no § 4º do art. 50 do RGC.

f) o pedido deverá conter justificativa para a alteração;

g) o pedido deverá conter o comprovante de pagamento da taxa de expediente prevista no Código Tributário da FMF;

h) o pedido deverá ser aprovado pela DCO, que terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis para fazer nota oficial com a mudança, informar a equipe visitante e alterar a tabela de jogos no site da FMF.

III - pela DCO, após solicitação fundamentada de autoridades e/ou órgãos públicos (Prefeituras, Polícia Militar, etc);



§ 1º - Os jogos da primeira e da última rodada das Fases Classificatória e Octogonal não poderão sofrer alterações de datas por pedidos dos clubes.

§ 2º - Em regra, os horários dos jogos serão reajustados pela DCO quando do início ou término de horário brasileiro de verão, se houver.

§ 3º - Os clubes que, eventualmente, celebrarem contratos de direitos de transmissão sem a anuência e concordância da FMF não poderão solicitar alteração nas datas e horários das partidas.

§ 4º - Os prazos fixados neste artigo poderão ser flexibilizados por motivo de força maior ou na hipótese do fato gerador do pedido se concretizar quando já ultrapassado o prazo de antecedência, ou em caso de modificação por iniciativa da FMF.

Art. 56 - Se algum clube estiver, concomitantemente, disputando competição chancelada pela CONMEBOL ou CBF, o calendário de partidas destes torneios poderá ser analisado e avaliado pela DCO para eventual alteração da tabela de jogos do Campeonato.

§ 1º - Os jogos poderão sofrer alterações nas datas caso o clube tenha que disputar as partidas designadas para mais de um campeonato, nacional e/ou internacional, em intervalo inferior a 48 (quarenta e oito horas).

§ 2º - Quaisquer outras hipóteses serão dirimidas pela DCO.

CAPÍTULO 6 – ARBITRAGEM

Art. 57 - A arbitragem das partidas será de responsabilidade exclusiva dos árbitros integrantes do quadro da FMF, definido pela Comissão de Arbitragem (CA).

Parágrafo único - O quadro será dividido conforme regras e procedimentos próprios da Comissão de Arbitragem, devendo haver a publicação dos nomes no site da FMF.

CAPÍTULO 7 - DISPOSIÇÕES FINANCEIRAS

Art. 58 – Os clubes são responsáveis pelo pagamento das taxas de arbitragem e do quadro móvel durante todo o Campeonato.

§ 1º - Além do trio de arbitragem, todas as partidas terão quarto árbitro e um delegado, integrante do quadro móvel.



§ 2º - As referidas taxas serão rateadas igualmente entre os clubes, na forma prevista no art. 97 do RGC.

§ 3º - Os pagamentos serão feitos em 03 (três) parcelas, com vencimento em **08.08.2025**, **10.09.2025** e **1º.10.2025**.

§ 4º - Em caso de não pagamento no prazo estipulado pela FMF, o clube deverá efetuar o pagamento exclusivamente via PIX, até às 17h do dia que anteceder a partida, sendo o pagador, necessariamente, o próprio clube, e a beneficiária, a FMF. Não serão aceitos pagamentos por qualquer meio que não seja o PIX, assim como não serão aceitos pagamentos feitos em nome de terceiros que não sejam o próprio clube.

§ 5º - O não pagamento das taxas de arbitragem e do quadro móvel na forma prevista neste regulamento ensejará a não realização da partida, decretação de W.O., com as consequências legais e regulamentares daí advindas.

CAPÍTULO 8 - DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 59 - É obrigação do clube mandante disponibilizar 1 (uma) ambulância, com capacidade para transportar uma pessoa deitada, contendo 1 (um) médico OU 1 (um) socorrista OU 1 (um) enfermeiro nos jogos sem público.

§ 1º - Nos jogos com público, a(s) ambulância(s) deve(m) obrigatoriamente conter 1 (um) médico. Será obrigatória a presença de uma ambulância com médico para cada grupo de 10.000 (dez mil) presentes no estádio.

§ 2º - Consideram-se jogos sem público aqueles que forem realizados de portões fechados, sem a presença de público pagante ou gratuito, ressalvados os convidados a que se refere o art. 42, § 7º, deste REC.

Art. 60 - O clube deve disponibilizar os equipamentos de primeiros socorros, a saber: a) maleta de primeiros socorros; b) maca portátil de campanha; c) equipamento adequado a ser utilizado para remover atletas com suspeita de fraturas, d) equipamentos e medicamentos apropriados para atendimento de atletas perante a ocorrência de casos de mal súbito (desfibrilador) e para procedimentos de reanimação cardiopulmonar.



§ 1º - A referida exigência deve ser observada antes (a partir da abertura dos portões), durante e após a partida, a fim de resguardar a integridade física dos atletas, torcedores e demais presentes.

§ 2º - Fica expressamente vedado o início e/ou transcurso da partida sem que as obrigações previstas nos arts. 59 e 60 estejam cumpridas.

§ 3º - O clube mandante deve possuir 1 (um) médico na comissão técnica para atendimento de ambas as equipes.

§ 4º - Nos jogos sem público, o médico da comissão técnica também será o médico responsável pela ambulância.

Art. 61 - O Delegado do Jogo ficará obrigado a elaborar o respectivo relatório, atendendo modelo definido previamente, que deverá ser enviado à DCO e/ou lançado no sistema em até 48h (quarenta e horas) após o final da partida.

Art. 62 - As bolas utilizadas serão da marca TOPPER, modelo Campo Samba Oficial.

§ 1º - É proibido o uso de qualquer outra bola de marca diversa, sob pena de interrupção ou não realização da partida, sem prejuízo de eventuais processos na Justiça Desportiva pelo descumprimento do REC (arts. 191 e afins do CBJD).

§ 2º - O descumprimento desta obrigação poderá ensejar a aplicação de multa de até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) por jogo.

Art. 63 - Toda e qualquer comunicação oficial da FMF, a respeito do Campeonato, será feita pela DCO somente através do dco@fmf.com.br.

§ 1º - As notas oficiais e outros documentos inerentes ao Campeonato serão disponibilizados e publicados no site da entidade.

§ 2º - Os clubes somente serão comunicados nos e-mails institucionais.

§ 3º - E-mails enviados através de outro endereço (que não seja o institucional) serão desconsiderados.

Art. 64 - A DCO expedirá normas e instruções complementares que se fizerem necessárias ao Campeonato através de ofícios enviados aos clubes e/ou disponibilizados no site da FMF.



Art. 65 - As publicações da DCO serão disponibilizadas, no site da FMF, na aba “Documentos” ou em “Competições/Sub-14”.

Art. 66 - As diretrizes do REC foram aprovadas em reunião do Conselho Técnico, nos termos do artigo 73 do Estatuto da FMF.

Art. 67 - O REC e a tabela de jogos foram publicados na data de 05.06.2025.

Art. 68 - Ao clube que conquistar o título de Campeão Mineiro será atribuído 01 (um) troféu, além de 50 (cinquenta) medalhas douradas. Para o vice-campeão, serão atribuídas 50 (cinquenta) medalhas prateadas.

Parágrafo único – O Campeão do Troféu Inconfidência receberá 1 (um) troféu.

Art. 69 - Nos exatos termos do RGC, a autorização para exploração comercial do nome, marca, símbolos e demais propriedades inerentes ao Campeonato é de competência exclusiva da FMF, única titular de tais direitos.

Art. 70 – A FMF detém direito exclusivo da exploração de: (a) publicidade estática e/ou eletrônica localizada nas laterais, no fundo do campo, ao lado das metas ou em qualquer outra área do estádio sujeita a filmagem televisiva; (b) lonas no gramado; (c) tapetes próximos à área do gol; (d) infláveis; (e) publicidade no interior e nos tetos dos bancos de reservas; (f) inserção de marcas nos uniformes e coletes dos árbitros, colaboradores e imprensa; (g) bandeiras de escanteio; (h) inserção de marcas nos equipamentos e nos ambientes utilizados para o VAR; (i) qualquer outro item passível de comercialização, podendo determinar a instalação ou retirada de todo e qualquer material relativo a qualquer tipo de publicidade nos estádios onde serão disputadas as partidas do Campeonato.

§ 1º - Mediante solicitação formal dos clubes, a FMF poderá, por liberalidade, transferir aos Clubes, parcialmente, a exploração das propriedades indicadas no *caput* deste artigo.

§ 2º - Compete à FMF aprovar ou rejeitar a realização de ações promocionais, shows, eventos, apresentações, divulgação de campanhas, utilização de faixas e cartazes, e manifestações em geral, previstas para antes, no intervalo ou depois das partidas, exigida sempre a formal solicitação da parte interessada e a prévia e expressa autorização da FMF.



§ 3º - A FMF poderá, ainda, realizar a captação de imagens dos bastidores dos jogos, com direito de acesso aos vestiários e demais espaços da Zona 1, com a finalidade de promoção, por si ou por terceiros por ela contratados, da competição e dos jogos do Campeonato.

§ 4º - A placa central de campo, nas dimensões 14m (quatorze metros) x 1m (um metro), será destinada à divulgação escolhida pela FMF ou pela empresa patrocinadora detentora dos *naming rights* do Campeonato, se for o caso.

§ 5º - Qualquer violação às regras previstas nesse artigo poderá ensejar multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao clube responsável por cada descumprimento. Em caso de não identificação, responderá o clube detentor do mando de campo.

Art. 71 - As transmissões dos jogos por televisualização serão regidas pelas normas constantes em contratos particulares firmados pelos clubes e pela FMF, respeitando-se as disposições da Lei n.º 14.597/2023 e demais legislações pertinentes.

§ 1º - É vedada a transmissão, por internet ou TV, de qualquer jogo do Campeonato, sem a autorização formal da FMF, sob pena de multa de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) ao clube mandante vinculado, de alguma forma, ao veículo.

§ 2º - A FMF poderá fazer as transmissões das partidas via *streaming*, caso em que cederá as imagens aos clubes para retransmissão. Caso a FMF negocie os direitos de transmissão com alguma emissora, poderá exigir, em contrapartida, a exibição, na transmissão, dos patrocinadores do clube mandante.

Art. 72 - Os casos omissos do REC e do Campeonato serão dirimidos pela DCO.

Federação Mineira de Futebol

BELO HORIZONTE, 06 DE JUNHO DE 2025.

**GABRIEL SENRA DA CUNHA PEREIRA
DIRETOR DE COMPETIÇÕES**